



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1010521-11.2018.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária**
 Requerente: **Banco Itaucard S/A**
 Requerido: **Maria Helena de Souza Gandini Alberto**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **VILSON PALARO JUNIOR**

Vistos.

Trata-se de *Ação de Busca e Apreensão* com pedido liminar para reaver o veículo descrito a fls. 2, proposta pelo *Banco Itaucard S.A.* em face de *Maria Helena de Sousa Gandini Alberto*, todos devidamente qualificados.

A liminar pleiteada foi deferida (fls. 37); na sequência houve a busca e apreensão do bem e a citação do(a) postulado(a) (fls. 44/45 e 59/60).

Às fls. 50/52, o(a) requerido(a) comprovou ter efetuado a purgação da mora, depositando valor referente à quitação do contrato, bem como das custas do processo e honorários advocatícios.

Pelo despacho de fls. 53 foi determinada a devolução do veículo às mãos do(a) postulado(a), o que foi efetivado às fls. 86/88.

É O RELATÓRIO.

DECIDO no estado em que se encontra a LIDE por se tratar de questão exclusivamente de direito.

O(a) requerido(a), exercitando o direito que lhe confere a lei, pleiteou e teve deferida possibilidade de reaver o bem apreendido, efetuando o depósito de fls. 50/52.

O bem, então lhe foi devolvido, conforme certidão de fls. 88.

Não se pode olvidar ainda que o contrato de alienação fiduciária goza da proteção do Código de Defesa do Consumidor. Como proclamou o hoje extinto Segundo Tribunal de Alçada Cível do Estado de São Paulo:

“a consequência de entender que há relação de consumo em negócios de alienação fiduciária em garantia é a aceitação de que ao devedor é facultado a purga da mora, equivalente ao valor das parcelas vencidas até o dia da purgação, preservando-se a higidez do negócio entabulado entre as partes. O pagamento da totalidade das parcelas (vencidas e vincendas) torna a situação do credor extremamente vantajosa e coloca o devedor em situação de enorme desigualdade, situação que não se acomoda com as regras do CDC, aplicáveis ao caso”. (10ª Câm. AI nº 875.072-0/8, rel. Juíza Rosa Maria de Andrade Nery, j. 16/02/2005, destaquei).

No mesmo diapasão: “a exigência de pagamento da integralidade da dívida pendente, para purgação da mora na ação de busca e apreensão de bem alienado fiduciariamente (DL 911/69, art. 3º, § 2º) deve ser interpretada como sendo a totalidade das prestações vencidas do financiamento (...), sob pena de violação da garantia da ampla defesa e do contraditório (CF. art. 5º, LV) e da defesa do consumidor (CF, art. 5º, XXXII)”. (Órgão Especial



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

do TJSP, Inc. Inconst. De Lei nº150.402-0/5-00, rel. Des. Boris Kauffmann, j. 19/12/2007, v.u., destaquei).

O(a) requerido(a) pagou o valor correto para purgação da mora e teve a restituição do bem.

Por fim, o bem já foi devolvido e o autor não se insurgiu em relação ao valor depositado, aliás veio às fls. 69/70 manifestando expressamente sua concordância com o valor. Portanto, nada resta a deliberar a respeito.

Dessa forma, ambas as partes obtiveram a tutela jurisdicional pleiteada.

Pelo exposto e o que mais dos autos consta, JULGO EXTINTA a presente ação com fundamento no artigo 487, II, do CPC.

Defiro ao requerente o levantamento do depósito cujo comprovante se encontra às fls. 55, expedindo-se o necessário mandado, independentemente do trânsito em julgado da decisão.

Defiro ainda eventual desbloqueio do veículo junto ao sistema Renajud, caso tenha sido realmente efetivado, independente de recolhimento de taxa.

Cabe à financeira emitir o necessário para que o bem seja liberado da restrição financeira.

Eventuais custas em aberto ficarão a cargo da requerida.

Após, arquivem-se os autos com a devida baixa no sistema SAJ.

P.I.

São Carlos, 13 de dezembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**